



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Educação

DOCUMENTO ORIENTADOR



PLANEJAMENTO 2021:
APOIO ÀS MODALIDADES,
ATENDIMENTOS E TEMÁTICAS

CRÉDITOS

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo—SEDUC

Secretário da Educação

Rossieli Soares da Silva

Secretário Executivo

Haroldo Corrêa Rocha

Chefe de Gabinete

Renilda Peres de Lima

Coordenadoria Pedagógica—COPEP

Caetano Pansani Siqueira

Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado—DEMOP

Nadine de Assis Camargo

Centro de Educação de Jovens e Adultos—CEJA

Letícia Gualtieri Ferreira de Oliveira

Centro de Inclusão Educacional—CINE

Laís Barbosa Moura Modesto

Centro de Apoio Pedagógico—CAPE

Carolina Molinari Carvalho Ruiz

Equipe Técnica

Adriano Rodrigues Biajone, Ana Maria de Araújo Pires, Angela Maria dos Santos, Beatriz Santana Ferreira, Danilo Scalabrini, Denis Batista de Souza, Dorisdalva Jardim de Jesus, Jefferson Diego de Paulo, Juvenal de Gouveia, Luane Martins Belarmino, Maria Aurecy Pinheiro Chagas, Neli Maria Mengalli, Pedro de Souza Santos, Pedro Irio Mendonça, Rafael Ângelo de Oliveira, Raquel Maria Rodrigues, Rodrigo Helmeister de Melo, Simone de Cássia Ribeiro, Vanessa de Brito Silva

Diagramação

Danilo Scalabrini

**PLANEJAMENTO 2021:
APOIO ÀS MODALIDADES,
ATENDIMENTOS E TEMÁTICAS**

Apresentação

A pluralidade existente na escola enriquece a vivência, o aprendizado e o desenvolvimento sociocultural da comunidade escolar. Para tanto, as estratégias educacionais devem contemplar a diversidade de sujeitos, respeitando suas especificidades ao mesmo tempo em que lhes é garantido o direito à educação básica equânime e de qualidade.

Este documento tem como objetivo apresentar orientações para as equipes das Diretorias de Ensino, Equipes Gestoras das escolas e Professores quanto ao trabalho a ser desenvolvido no 1º semestre do ano letivo de 2021, no que se refere às Modalidades educacionais e atendimento especializado, trazendo elementos que serão discutidos no Planejamento Escolar.

Com vistas a atender as especificidades de todas as Temáticas, Modalidades e Atendimentos, os Centros que integram este Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado (DEMODO) organizam informações e estratégias para as ações do Planejamento 2021, sendo o Centro de Atendimento Pedagógico (CAPE), responsável pelas ações para atendimento de estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como dos estudantes de classes hospitalares e em atendimento domiciliar; o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), responsável pelo desenvolvimento de ações para atendimento de jovens, adultos e idosos na Modalidade EJA, nos cursos presenciais ou de presença flexível; e o Centro de Inclusão Educacional (CINC), responsável pelas ações para atendimento de estudantes indígenas, quilombolas, assentados, itinerantes, ciganos, migrantes internacionais, privados de liberdade, em cumprimento de medidas socioeducativas e de populações tradicionais, bem como as Temáticas Diversidade de Gênero e Educação das Relações Étnico-Raciais.

Os temas abordados neste documento e as propostas de pautas para o Planejamento Escolar 2021 para cada Modalidade, Temática e Atendimento, têm como objetivo subsidiar o trabalho dos docentes e equipes gestoras neste importante momento de organização das ações escolares.

Espera-se, ainda, que essas sugestões sejam adequadas e enriquecidas conforme cada contexto, contemplando as necessidades específicas da unidade escolar nas discussões acerca dos diferentes aspectos que impactam na aprendizagem desses públicos.

Bom Trabalho!

Nadine de Assis Camargo

Diretora do Departamento de Modalidades Educacionais e
Atendimento Especializado (DEMODO)

**DEPARTAMENTO DE
MODALIDADES EDUCACIONAIS E
ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
(DEMODO)**

Sumário

1. Educação Especial, Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar	10
1.1 – Estudo das Resoluções e seus anexos	10
1.2 – Discussão de casos específicos da Unidade Escola	11
1.3 – Interlocutor de Libras.....	12
2. Educação de Jovens e Adultos: EJA Presencial	14
2.1 – Currículo e Programas.....	14
2.2 – Ensino Híbrido	15
2.3 – Avaliação	18
2.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	19
3. Educação de Jovens e Adultos: EJA Presença Flexível	20
3.1 – Currículo e Programas.....	20
3.2 – Ensino Híbrido	20
3.3 – Avaliação	21
3.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	22
3.5 – Outros Materiais Importantes para Aprofundamento	22
4. Atendimento Socioeducativo	24
4.1 – Currículo e Programas.....	24
4.2 – Ensino Híbrido	24
4.3 – Avaliação	25
4.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	25
5. Migrantes Internacionais	26
5.1 – Currículo e Programas.....	26
5.2 – Ensino Híbrido	27
5.3 – Avaliação	27
5.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	28
6. Educação do Campo – Edoc (Acampados, Assentados e Comunidades Tradicionais)	28
6.1 – Currículo e Programas.....	29
6.2 – Ensino Híbrido	30
6.3 – Avaliação	31
6.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	33
7. Educação Escolar Indígena - EEI	33
7.1 – Currículo e Programas.....	34
7.2 – Ensino Híbrido	35
7.3 – Avaliação	35
7.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	36

8. Educação Escolar Quilombola - EEQ	36
8.1 – Currículo e Programas.....	37
8.2 – Ensino Híbrido	38
8.3 – Avaliação	40
8.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	41
9. Programa Educação nas Prisões - PEP	41
9.1 – Currículo e Programas.....	42
9.2 – Ensino Híbrido	42
9.3 – Avaliação	43
9.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	43
10. Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero	43
10.1 – Currículo e Programas	44
10.2 – Ensino Híbrido.....	44
10.3 – Avaliação	45
10.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	45
11. Educação para as Relações Étnico-Raciais - EREER	46
11.1 – Currículo e Programas	47
11.2 – Ensino Híbrido.....	48
11.3 – Avaliação	48
11.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidades Escolar.....	48
12. Considerações Finais	49

**CENTRO DE
ATENDIMENTO
ESPECIALIZADO
(CAPE)**

1. Educação Especial, Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar

A Educação Especial é uma Modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas da escolarização, oferece o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os estudantes e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.16).

Conforme consignado na Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a oferta de Educação Especial deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar **oferecida preferencialmente na rede regular de ensino**, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (...)

Neste sentido, é primordial que os professores conheçam esses estudantes e organizem de acordo com a necessidade estabelecida métodos e estratégias que viabilizem a participação de todos, vale ressaltar que o professor da educação especial possui conhecimento específico da matéria, assim a articulação entre os docentes é essencial para alcançar resultados satisfatórios e traçar objetivos que culminem em maiores e melhores condições de aprendizagem aos estudantes Público-Alvo da Educação Especial.

1.1 - Estudo das Resoluções e seus anexos

A Resolução SE 68 de 17/12/2017 orienta o trabalho da educação especial no estado de São Paulo e oferece diretrizes ao atendimento dos estudantes Público-Alvo dessa modalidade na rede, **é importante que o professor especializado conheça suas diretrizes para compreender o trabalho que muitas vezes pode ser confundido com reforço escolar.**

Além disso, há também a Resolução SE nº 71 de 22-12-2016 que estabelece critérios para o atendimento em classes hospitalares e ainda a Resolução SE 25 de 1-4-2016 que aborda as questões específicas sobre o atendimento domiciliar e suas especificidades.

Dentro desse contexto educacional é importante que o professor seja capaz de:

- Realizar avaliação inicial como descrita no anexo I da Resolução SE 68;
- Elaborar Plano de Atendimento Individualizado de acordo com estabelecido no anexo II da mesma Resolução;
- Identificar as potencialidades dos estudantes a fim de oportunizar atendimentos que ofereçam subsídios às suas necessidades;
- Organizar estratégias de atendimento que garantam plena condição de participação aos estudantes em propostas inclusivas;
- Orientar os professores do ensino regular sobre a possibilidade de elaboração do anexo III que trata de adaptação curricular, quando necessário;
- Construir com base no anexo III da resolução 25 o registro do Acompanhamento do Atendimento Domiciliar Escolar;
- Realizar e acompanhar os registros estabelecidos nos anexos da Resolução 71 para desenvolvimento dos estudantes atendidos em Classe Hospitalar.

Para aprofundar os conhecimentos acerca das temáticas sugerimos uma reflexão a partir da leitura do texto abaixo que traz exemplos de inclusão e situações problemas que podem fomentar maiores discussões a respeito do pleito. [pública.cecierj.edu.https://educar/artigos/20/20/o-desafio-de-educar-na-diversidade.](https://educar.artigos/20/20/o-desafio-de-educar-na-diversidade)

Proposta de leitura e reflexão coletiva com tema: Discutindo processos de aprendizagem e de escolarização de crianças em tratamento para câncer e atendidas na classe hospitalar, disponível em: [http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/9533.](http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/9533)

1.2 - Discussão de casos específicos da Unidade Escolar

Os estudantes Público-Alvo da Educação Especial possuem características singulares, apesar de muitas vezes apresentarem o mesmo diagnóstico médico como Deficiência intelectual, Síndrome de Down e até mesmo Transtorno do Espectro Autista Pensando nisso, os professores da educação especial poderão apresentar aos demais docentes no planejamento, os aspectos principais em relação às especificidades tanto de aprendizagem como de comportamento.

O professor da educação especial poderá utilizar a Avaliação Inicial, o Plano de Atendimento Individualizado ou até mesmo os registros dos estudantes para oferecer aos colegas das salas regulares informações que possibilitem conhecer principalmente suas potencialidades e também sirvam para nortear as intervenções específicas de acordo com cada caso, a fim de oferecer a cada um possibilidades equitativas.

Portanto, é necessário destacar que o trabalho em conjunto entre os professores deve ocorrer durante todo período letivo, essa interação possibilitará maiores e melhores condições para o trabalho articulado, culminando em resultados positivos visando desenvolvimento desses estudantes.

No caso dos atendimentos domiciliares, as escolas que contarem com esse serviço poderão solicitar ao docente que acompanha o estudante um parecer sobre seu desenvolvimento e suas características.

É importante destacar que o currículo desenvolvido com os estudantes PAEE, não deve ser diferente do desenvolvido para os outros estudantes nem mesmo a avaliação, nesta perspectiva, o ensino a partir do currículo paulista deve ser pensado em caráter igualitário e quando necessário, pode haver a flexibilização das atividades para que contemple não só o estudante PAEE como todos os alunos do ensino comum.

1.3 - Interlocutor de Libras

É de suma importância que o planejamento conte com a participação do professor Interlocutor de Libras, pois o trabalho na UE é realizado por toda a equipe escolar com vistas a garantir um processo de ensino e aprendizagem equitativo e de qualidade para todos os estudantes. Nesse sentido, o interlocutor pode contribuir com estratégias que viabilizem o trabalho com o discente surdo alinhadas ao planejamento docente para o ano letivo.

Sugere-se, também, que o interlocutor se aproprie dos relatórios de avaliação das Salas de Recursos, quando for possível, para maior compreensão das potencialidades dos estudantes e assim planejar seu trabalho com maior direcionamento e eficácia.

**CENTRO DE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS
(CEJA)**

2. Educação de Jovens e Adultos: EJA Presencial

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) de presença obrigatória é ofertada nas escolas estaduais aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou não concluíram a Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio. O Planejamento para o curso de EJA presencial, em classes seriadas ou multisseriadas, deve garantir as especificidades da modalidade no trabalho a ser desenvolvido pela unidade escolar, notadamente a partir da reflexão e discussão sobre:

2.1 – Currículo e Programas

O Currículo Paulista é o documento que norteia a educação da rede estadual de São Paulo. Por sua vez, na EJA, é fundamental reconhecer suas especificidades e refletir sobre a diversidade de contextos, interesses e motivações dos estudantes, dentro e fora do ambiente escolar.

Diante de suas funções específicas, o Planejamento na EJA deve garantir que o processo formativo não seja um mero recorte do ensino “regular”, mas que contemple, verdadeiramente, as necessidades desse público tão heterogêneo. Para tanto, é importante considerar a semestralidade dos Termos/Anos para o planejamento do período letivo.

Na perspectiva de uma educação e aprendizagem ao longo da vida, na EJA, para a promoção da educação integral deve-se considerar a qualidade da educação como um bem inalienável, capaz de integrar diferentes saberes em diversos âmbitos, valorizando e aproximando as diferentes experiências de vida dos sujeitos com os saberes previstos no Currículo. O desenvolvimento de uma educação integral exige também o reconhecimento do mundo do trabalho no processo educativo, não como formação tecnicista, mas no entendimento do trabalho enquanto produção humana e comprometida com as transformações sociais.

À luz de uma educação emancipadora, é importante que nos planos de ensino, de aulas e nos roteiros de estudos sejam asseguradas metodologias adequadas ao jovem, adulto e idoso, contemplando procedimentos como o trabalho sistematizado e interdisciplinar com leituras diversas; envolvimento do estudante na escolha das atividades; valorização da cultura e do contexto local

referenciados na cultura global, e consideração dos interesses, da realidade e dos projetos pessoais e sociais do estudante.

Importante destacar que o currículo para 2021 compreende o ciclo letivo 2020-2021, somente para o ensino regular, ou seja, **esse ciclo não é válido para a EJA**, visto que se garantiu a conclusão e a continuidade dos estudos nos semestres previstos. Entretanto, no início das aulas, orienta-se aos professores que, por meio da avaliação, observação e escuta, seja identificado os conteúdos que precisam ser retomados. Considerando que as aprendizagens a serem recuperadas possam ser muitas, resultantes do período de ensino remoto, o Currículo Priorizado **pode ser uma opção para o docente** garantir em seu planejamento, a acomodação dos conteúdos previstos para cada Termo, bem como para a retomada de alguns temas, conforme necessidade dos estudantes.

Por fim, reforça-se que o Programa Inova Educação deve continuar sendo oportunizado aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos-EJA de maneira transversal, assim como os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) e os Projetos Integradores, por meio de atividades interdisciplinares que garantam o desenvolvimento das competências previstas nos componentes Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologia e Inovação.

2.2 – Ensino Híbrido

Diante da política educacional da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que concebe a escola como instituição pública acessível, inclusiva, democrática e participativa, e com a responsabilidade de promover a permanência e o bom desempenho de toda a sua população estudantil, o Planejamento Escolar precisa considerar o ensino remoto, mediado ou não por tecnologia, como possibilidade de acesso à educação.

Há algum tempo as discussões acerca do ensino híbrido vem crescendo, e agora, nesse contexto atípico em que estamos inseridos, a hibridez se tornou ferramenta essencial no processo de ensino-aprendizagem já que os estudantes passaram a conviver com atividades remotas, aulas virtuais, propostas autoinstrucionais etc.

O Centro de Mídias de São Paulo (CMSP) é um importante recurso para o ensino dos estudantes jovens, adultos e idosos, mas não deve ser a única ferramenta utilizada para o ensino híbrido. A SEDUC, com vistas a atender aos

alunos da EJA, permanecerá fazendo uso do CMSP, com a disponibilização de ferramentas no aplicativo e menus integrados para os estudantes da modalidade.

Vale ainda ressaltar que, assim como realizado até o momento, os alunos da Educação de Jovens e Adultos que não puderem retornar ao ensino presencial, ou que retornem em sistema de revezamento, tenham acesso a todos os conteúdos programados e planejados para o semestre letivo. Sugere-se ainda que os estudantes da EJA a serem priorizados para o retorno presencial sejam os matriculados nos termos finais de etapa (4º Termo do Ensino Fundamental dos Anos Finais e 3º Termo do Ensino Médio), bem como aqueles que não possuem acesso a recursos digitais e/ou não lograram êxito ao desenvolver seus estudos remotamente.

Entretanto, diante das particularidades dos planos de ensino e de aula de cada docente, elaborados com base nas características específicas da turma, é fundamental que os roteiros de estudos continuem sendo a principal estratégia do ensino remoto, cabendo ao atendimento presencial a revisão e o aprofundamento do que neles é oferecido. É importante lembrar que os roteiros de estudos devem oferecer ao estudante as ferramentas necessárias para sua autonomia no processo de aprendizagem, porém, isso não significa que o professor não deverá acompanhá-lo e respaldá-lo, pois os roteiros de estudos são de suma importância para a construção do conhecimento, desde que elaborados de forma cuidadosa e comprometida pelo docente.

Reforça-se que é neste roteiro que cada docente irá apresentar de que forma os estudantes devem organizar seus estudos remotos e realizar as atividades solicitadas, por meio de diferentes recursos (digitais ou não). Importante ainda reforçar que os alunos jovens, adultos ou idosos não podem ser excluídos ou prejudicados por apresentarem alguma dificuldade no acesso às novas tecnologias.

Portanto, para a elaboração dos planos de aula da EJA, consubstanciados nos roteiros de estudo, os docentes devem:

- A) Ter como referência o Plano de ensino para o Termo (elaborado pelo próprio professor ou como sugerido pela Unidade Escolar), organizando as unidades temáticas, objetos do conhecimento, habilidades e estratégias que irão compor cada roteiro de estudo etc.;

- B) Considerar os recursos digitais que os alunos têm disponíveis, bem como o nível de autonomia e facilidade que possuem para utilizar as ferramentas digitais;
- C) Incluir nos roteiros orientações para os alunos organizarem os estudos remotos (métodos de estudos) e, quando necessário, o passo a passo para que o estudante acesse a ferramenta digital e execute a tarefa proposta;
- D) Caso o estudante não possua/tenha acesso ou não esteja apto à utilização dos recursos digitais, o professor deverá trabalhar com os roteiros de estudo impressos;
- E) Os roteiros não devem ser apenas indicação de pesquisas ou resumos: Quanto mais recursos e estratégias os professores utilizarem, mais enriquecedor será o processo de aprendizagem.

O planejamento docente não deve estar baseado, portanto, nos conteúdos apresentados no CMSP, sendo este apenas mais um recurso a ser utilizado nas aulas/roteiros de estudos, caso seja pertinente para o desenvolvimento da turma.

Para a Educação de Jovens e Adultos, o ensino híbrido deve ser composto por diversas ferramentas devido às especificidades dos estudantes que vão desde a faixa etária, o tempo necessário de dedicação aos estudos, os recursos disponíveis para a realização de atividades propostas até a adequação curricular correspondente às necessidades de cada turma. Sendo assim, levando em consideração as características do público da EJA, igualmente como é feito com o currículo, há também a necessidade de adequar o processo de hibrididade, e para isso cabe uma reflexão: é necessário que o ensino híbrido aconteça apenas de forma digital?

Pensando nisso, sugere-se que sejam oferecidas, aos estudantes, atividades que estimulem sua autonomia e possibilitem a realização de forma remota, mediada pelo professor, e que sejam condizentes com sua realidade e acesso aos recursos necessários.

Assim como apresentado no Planejamento Geral, para apoiar a organização das ações que melhor atendam ao público da modalidade, sugere-se que a equipe gestora, juntamente com os docentes que atuam na EJA presencial, realizem o roteiro com a análise do ano de 2020 e organização e elaboração de estratégias de atendimento híbrido para 2021.

2.3 – Avaliação

A Avaliação é a principal ferramenta para acompanhamento do Planejamento elaborado pelos docentes para o curso EJA de presença obrigatória que, reconhecendo as características diversificadas dos estudantes e momentos de aprendizagens diferenciados, deve garantir espaço para as adequações, atentando que o objetivo final seja inalterado: a formação integral dos alunos jovens, adultos e idosos. Nesse sentido, conhecer os estudantes que chegam à EJA, saber o que trazem como conhecimentos vivenciados por eles, seus projetos de vida e suas angústias são importantes para um bom planejamento do semestre. Dessa forma, uma avaliação diagnóstica trará subsídios para a construção dos planos de aula e, diante das especificidades de cada turma, o plano escolar deve organizar as habilidades previstas no Currículo para o Termo/Ano respectivo e prever uma sistemática de avaliações que permitam o acompanhamento dos resultados ao longo do processo.

Cabe destacar que na modalidade EJA não se realiza Avaliações de Sistema (como as provas do Saesp e Saeb) ou ainda a Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP). Isso não significa, no entanto, que não deve haver uma sistemática de avaliações internas, elaboradas pelos docentes, para acompanhar a aprendizagem dos alunos e/ou o andamento do planejamento escolar.

Sugerimos que, à medida do possível, de acordo com cada realidade escolar, seja realizada uma avaliação no início do semestre de cada Termo, a fim de conhecer as reais necessidades de cada turma e identificar o ponto de partida, estabelecendo os objetivos e metas a serem alcançados pelos estudantes, e outra avaliação de processo que acompanhe o calendário das AAPs do ensino regular, ou seja, no 2º e 4º bimestre. Dessa forma, cada Termo realizaria 2 avaliações de acompanhamento, além das avaliações já realizadas ao longo de cada semestre.

O acompanhamento das ações planejadas também é um ponto crucial para que os objetivos sejam alcançados. **Durante todo o processo das ações pedagógicas, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ser realizada.** Os resultados dessa avaliação processual trarão subsídios que permitirão corrigir os rumos daquilo que foi planejado, colocá-los na direção correta, ajustar quaisquer descompassos entre o planejado e o concretizado.

No entanto, é preciso ter no horizonte que a avaliação como prática pedagógica deve sempre ser utilizada para a melhoria da qualidade da educação. Portanto, não deve ter caráter punitivo nem classificatório. Deve, por outro lado, permitir um processo transformador e mediador da construção do conhecimento e balizador do planejamento docente na EJA.

2.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

- Temas Contemporâneos Transversais e Projetos Integradores na EJA
- O trabalho com as classes Multisseriadas.

Para conhecer outros materiais relevantes para aprofundamento, veja o item 3.5 deste documento.

3. Educação de Jovens e Adultos: EJA Presença Flexível

A EJA de presença flexível é oferecida em 39 Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs), nas etapas do Ensino Fundamental - Anos Finais e do Ensino Médio. O curso possui organização didático-pedagógica específica que demanda um planejamento que contemple suas singularidades, como o ensino individualizado e as aulas em grupo. Assim, o planejamento para o curso de EJA de presença flexível, deve garantir as especificidades desse modelo no trabalho a ser desenvolvido pela unidade escolar, notadamente a partir da reflexão e discussão sobre:

3.1 – Currículo e Programas

Como mencionado anteriormente o Currículo Paulista norteia a Educação Básica na rede pública paulista em suas diferentes etapas e modalidades de ensino. No entanto, para a EJA é preciso adequar os preceitos do Currículo Paulista às suas especificidades. Nos CEEJAs, para além da adequação curricular é preciso considerar o material didático “EJA-Mundo do Trabalho” na elaboração do planejamento.

Para a aprendizagem de jovens, adultos e idosos matriculados nos CEEJAs deve-se considerar suas vivências e todo o conhecimento que já possuem, uma vez que, para muitos estudantes, a sua experiência cotidiana, quer seja no trabalho, no círculo familiar, no grupo de amigos, na igreja e em outros espaços, possibilitou diversas aprendizagens.

Dessa forma, no planejamento é preciso aliar os diferentes conhecimentos trazidos pelos estudantes às competências e habilidades previstas no Currículo e no material didático “EJA-Mundo do Trabalho”. Para isso, é necessário contextualizar o conhecimento e desenvolver um trabalho interdisciplinar por meio de oficinas e projetos, por exemplo.

3.2 – Ensino Híbrido

A principal característica do CEEJA é a flexibilidade da presença que possibilita aos estudantes concluírem a Educação Básica de acordo com as suas necessidades e disponibilidade de tempo. De acordo com a Resolução SE 77/2011,

o estudante deverá comparecer pelo menos uma vez ao mês na escola para realização de seus estudos. Por sua vez, para que o estudante tenha êxito em sua aprendizagem, ele deverá organizar uma rotina de estudos remotos com base nos roteiros de estudos elaborados pelos professores de cada componente curricular.

A SEDUC, para auxiliar todos os seus estudantes, neste momento de isolamento social, permanecerá com a apresentação das aulas pelo Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), porém, não podemos utilizar uma única ferramenta para conseguirmos uma educação de qualidade, então, há outras ações que são igualmente importantes. Nessa direção, além dos roteiros de estudo, os estudantes deverão ser orientados e auxiliados no acesso às tecnologias digitais para complementação de sua aprendizagem de maneira remota.

Para o CEEJA, destaca-se ainda:

- A) Considerar os recursos digitais que os alunos têm disponíveis, bem como o nível de autonomia e facilidade que possuem para utilizar as ferramentas digitais;
- B) Incluir nos roteiros orientações para os alunos organizarem os estudos remotos (métodos de estudos) e, quando necessário, o passo a passo para que o estudante acesse a ferramenta digital e execute a tarefa proposta;
- C) Os roteiros não devem ser apenas indicação de pesquisas ou resumos, quanto mais recursos e estratégias os professores utilizarem, mais enriquecedor será o processo de aprendizagem.

3.3 – Avaliação

Ao definir os instrumentos de avaliação é preciso não apenas pensar nos critérios, mas também nos sujeitos envolvidos nesse processo e, no caso dos CEEJAs, um público formado por jovens e adultos e idosos. As avaliações devem ter, entre outras, a função de identificar quais os conhecimentos já adquiridos e quais precisam ser retomados para que o estudante tenha condições de continuar os seus estudos com qualidade.

Em outra direção, é importante garantir que os instrumentos de avaliação não atendam apenas a finalização de uma etapa de ensino ou mesmo a conclusão da Educação Básica, mas sirvam ao objetivo maior do CEEJA, que é o de oferecer aos estudantes jovens, adultos e idosos um ensino digno, de qualidade e que os

habilite para o exercício da cidadania, para o mundo do trabalho, para o ingresso no Ensino Superior e para realização dos mais variados projetos de vida.

3.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

- Temas Contemporâneos Transversais e Projetos Integradores no CEEJA.

3.5 – Outros Materiais Importantes para Aprofundamento

Público	Documento	Link
Todos	Currículo Paulista	https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/
EJA	Pautas e Percursos formativos em rede: Práticas pedagógicas em classes multisseriadas 1	https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4435
EJA	Pautas e Percursos formativos em rede: Práticas pedagógicas em classes multisseriadas 2	https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4453
EJA/CEEJA	Pautas e Percursos formativos em rede: EJA – Avaliação formativa e processual	https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4887
EJA/CEEJA	Pautas e Percursos formativos em rede: Ensino contextualizado na EJA	https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=10347
EJA/CEEJA	Pautas e Percursos formativos em rede: Metodologias ativas significativas para a EJA	https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4571
EJA/CEEJA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos	http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf
EJA/CEEJA	“Classes heterogêneas: algumas considerações” (Walkiria Rigolon)	https://drive.google.com/file/d/0BzsyVZZRpBxCS1VsX09zcU9YUXM/view
CEEJA	Documento Orientador para os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs	https://drive.google.com/file/d/1Gi1X9WNqUTRprgOqC2knSc9hQPA4FhpR/view

**CENTRO DE INCLUSÃO
EDUCACIONAL
(CINC)**

ATENDIMENTOS, MODALIDADES E TEMÁTICAS

4. Atendimento Socioeducativo

A Secretaria da Educação oferta Educação Básica aos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado nos Centros de Internação Provisória (CIP) e Centros de Internação (CI) da Fundação CASA, oferecendo meios para promoção da cidadania, inclusão social e continuidade à sua vida escolar, durante o período de internação e após a sua desinternação.

4.1 – Currículo e Programas

Diante do contexto da pandemia no ano letivo de 2020, o Projeto Revitalizando a Trajetória Escolar (PRTE) desenvolvido nos Centros de Internação (CI) e o Projeto Explorando o Currículo (PEC) ofertado nos Centros de Internação Provisória (CIP) adequaram-se ao ensino remoto através dos roteiros de estudos impressos, a fim de garantir aos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa de internação o prosseguimento dos estudos. Dessa forma, o Currículo Paulista será fundamental para o ano letivo de 2021, a partir do desenvolvimento das habilidades essenciais selecionadas pela rede estadual de ensino, as quais devem estar presentes no planejamento pedagógico dos professores, na elaboração de planos de aula (individuais, por área do conhecimento e/ou multidisciplinares) e sequências didáticas.

O Projeto Revitalizando a Trajetória Escolar deve observar as habilidades essenciais para cada ano/série do segmento de ensino junto ao material de apoio ao Currículo Paulista e selecionar as atividades que deverão ser priorizadas.

Quanto ao Projeto Explorando o Currículo, o desenvolvimento das atividades pedagógicas devem seguir o disposto em resolução: atividades de finitude diária, por área do conhecimento e baseadas nos Temas Contemporâneos Transversais. Entretanto, os professores poderão utilizar-se também das habilidades essenciais para planejar e executar suas atividades pedagógicas conforme as orientações do PEC.

4.2 – Ensino Híbrido

Para apoiar os professores no desenvolvimento das habilidades essenciais, o Ensino Híbrido constitui-se em uma ferramenta indispensável para o processo de aprendizado dos estudantes, dentre as quais, podemos destacar: sala de aula invertida, que consiste em oferecer um material prévio para os estudantes e

possibilitar a discussão a partir das percepções ou conhecimentos de cada um; rotação por estações, visa organizar a sala em diferentes grupos para desenvolver atividades pedagógicas com diferentes habilidades essenciais, mas de forma complementar; rotação individual, onde os professores devem planejar diferentes atividades pedagógicas conforme o perfil daqueles que mais se assemelham.

Diante disso, utilizar-se destas estratégias possibilita aos professores que lecionam nas classes vinculadas nos Centros de Internação da Fundação CASA, acompanhar o progresso de cada estudante, além de possibilitar intervenções pedagógicas que se façam necessárias, a partir das análises das atividades pedagógicas, inclusive contribuindo para o replanejamento, caso haja necessidade.

4.3 – Avaliação

A avaliação é um recurso que deverá orientar os professores no desenvolvimento das habilidades essenciais de forma processual e formativa, possibilitando aos estudantes e professores, verificar avanços em determinadas habilidades e quais precisarão ser revisitadas ou intensificadas durante o processo de aprendizado. A elaboração de avaliações diagnósticas pelos professores/escolas vinculadoras conforme as particularidades dos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa de internação são de suma importância para identificar as prioridades de determinada realidade escolar e oferecer subsídios para ações pedagógicas.

4.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

- Elaboração de planos de aula e roteiros de estudos (individuais, coletivos, por área do conhecimento e/ou multidisciplinares), a partir das habilidades essenciais;
- Projetos pedagógicos interdisciplinares;
- Metodologia ativa;
- Tipos de avaliações.

5. Migrantes Internacionais

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, tem como um de seus princípios constitucionais (art. 5º) a igualdade de condições entre brasileiros e estrangeiros residentes no país para acesso e permanência à escola. Ou seja, considerando que todos são iguais perante a lei, o atendimento educacional não está restrito somente aos brasileiros, abrangendo também os migrantes internacionais que vivem no país.

A população de estudantes migrantes internacionais matriculados nas escolas públicas estaduais é constituída, atualmente, por mais de 12 mil estudantes não brasileiros de 120 nacionalidades (SEDUC/CITEM, maio de 2020), sendo quase a metade desta população (44%) composta por estudantes oriundos da Bolívia, Japão e Haiti. Esse número expressa a diversidade étnica e cultural no Estado de São Paulo, cada vez mais plural devido às correntes migratórias contemporâneas, principalmente as correntes boliviana, venezuelana, árabe, haitiana, japonesa e chinesa.

5.1 – Currículo e Programas

A escola é um espaço de compreensão das diversidades e pluralidades identitárias e culturais. Para garantir o que prevê o Currículo Paulista, ela pode e deve propiciar meios para efetivação do respeito à liberdade por meio da construção de estratégias pedagógicas que definam, entre outras coisas, o apoio à aprendizagem voltada para a população de estudantes migrantes internacionais, permitindo a se reinventarem como estudantes na escola brasileira com as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais estudantes.

Para melhor desenvolvimento das habilidades previstas no Currículo Paulista, a escola deve promover a integração dos estudantes migrantes internacionais, com atenção especial para estudantes em situação de refúgio e deve ser pensada, não somente no início das aulas, mas no decorrer do ano letivo.

A escola possui como desafio lidar com a barreira do idioma. Indica-se a criação de estratégias que garantam um espaço para que estudantes contribuam com a visão mais ampliada dos desafios do mundo, dos problemas em outras regiões, das diferentes maneiras de se ler e compreender o mundo e se comunicar, de aprender e relacionar a partir da cultura e da nacionalidade.

Também pode utilizar as línguas faladas na escola na comunicação escrita (placas de identificação, avisos, orientações por exemplo) e criar estratégias de diálogo e participação ativa das famílias na escola para melhor entendimento dos desafios enfrentados no ambiente escolar.

5.2 – Ensino Híbrido

Para a utilização da tecnologia digital com as interações presenciais, visando à personalização do ensino com estudantes migrantes internacionais recomenda-se a utilização de aplicativos de tradução. Além dos aplicativos, outra ferramenta importante que também poderá ser utilizada nas atividades de ensino híbrido é o material “Aprender Sempre – Vol. 2” que foi traduzido do português para os idiomas Criollo, Espanhol, Francês e Inglês, realizado através da parceria entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a Organização Internacional para as Migrações – OIM.

Quando a escola produzir materiais orienta-se que não sejam traduzidos títulos e textos de obras literárias; nomes de personagens; tabelas; lugares; índices de livros; nome de brinquedos e brincadeiras; regras de jogos e brincadeiras; expressões tipicamente brasileiras, para que estas expressões coloquiais e/ou naturais da variedade do nosso idioma e de nossa comunidade linguísticas sejam preservadas.

5.3 – Avaliação

Além de ingressarem em ambiente cujo idioma falado, a cultura, os costumes e a convivência escolar são aspectos diferentes daqueles de seu país de origem, a dificuldade de comunicação devido ao desconhecimento do idioma, somada a um perfil mais introspectivo do estudante, podem ser confundidos no processo de avaliação como defasagens de aprendizagem.

Recomenda-se que a escola realize alguma forma de avaliação ou monitoramento dos estudantes estrangeiros em relação ao desenvolvimento de suas aprendizagens, considerando o currículo praticado em seu país de origem, sua faixa etária e a etapa de proficiência em que estava ao chegar a escola, bem como oriente sobre a estrutura, ocorrência e finalidade das avaliações externas (SARESP, ENEM, Prova Brasil e vestibulares) e internas mensais, bimestrais e anuais.

4.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

Como sugestões de pautas para Planejamento da Unidade Escolar sugere-se que a escola realize formação dos professores, voltada para o processo de ensino-aprendizagem de estudantes que falam um idioma diferente, e na promoção do acolhimento, especialmente de estudantes em situação de refúgio. Também se recomenda pautas relacionadas com o investimento no protagonismo dos estudantes migrantes internacionais e construção de projetos que discutam a segregação, o preconceito, o racismo e a xenofobia presentes no contexto escolar com o objetivo de superar esses problemas.

6. Educação do Campo - Edoc (acampados, assentados e comunidades tradicionais)

A Educação do Campo destina-se ao atendimento das populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural, devendo ser ofertada tanto em unidades escolares situadas em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. Compreende todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como todas suas modalidades.

O Planejamento para as unidades escolares que atuam nessa modalidade deve garantir que os estudantes consigam articular as questões inerentes à sua realidade. Ou seja, a Educação do Campo se orienta na temporalidade e saberes próprios dos estudantes. Nesse sentido, se planejar é necessário pois é o momento que o professor toma ciência da realidade da unidade escolar e pode prever formas possíveis do que deseja realizar, como vai realizar e como vai avaliar se os objetivos foram alcançados.

6.1 – Currículo e Programas

O Currículo Paulista considera a necessidade de superar as desigualdades educacionais. Para essa superação, é necessário que o planejamento mantenha claro o foco na equidade, o que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. Na modalidade da Educação do Campo é fundamental reconhecer as identidades dos/as estudantes do campo, valorizando a diversidade e a herança cultural dos mesmos, para que seu desenvolvimento integral não seja prejudicado. Para isso, se fazem necessário conteúdos que valorizem os saberes e tradições do campo, demonstrando que o meio rural é um lugar onde vivem pessoas com diferentes dinâmicas de trabalho, de cultura, de relações sociais, e não apenas um espaço que reproduz os valores da cidade e práticas do meio urbano. Por isso os estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável estão alinhados com a modalidade da Educação do Campo.

O Currículo Paulista deve ser articulado de forma que o campo seja percebido como espaço da cultura, história e lutas ao que se refere ao pertencimento à terra e ao território, questões que estão intrinsecamente ligadas às comunidades e povos tradicionais. As comunidades tradicionais ou povos tradicionais são termos estabelecidos para designar grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e que possuem forte vinculação com seus territórios, mantendo assim formas próprias de conhecimento e manejo de seus recursos biológicos e naturais, bem como conhecimentos tradicionais a eles associados, tendo a predisposição para defendê-los, desempenhando importante papel na conservação ambiental e manutenção da agrobiodiversidade.

O planejamento das unidades escolares que atuam na modalidade de ensino da Educação do Campo deve, independente da etapa de ensino que ofertam, compreender a diversidade cultural dessas populações e a importância de se discutir o acesso dessas populações à terra e aos territórios. Pois a terra é o local de onde se tira o sustento, e o território é o local onde se mantém viva as memórias que compõem as identidades desses povos, fazendo valer-se das cosmologias, modos de vida e visões de mundo, reconhecendo a existência de sistemas de conhecimentos próprios. Salientamos assim o compromisso em abordar questões que permeiam o uso sustentável da terra, recursos renováveis

e uso de tecnologias de baixo impacto, estando atento para seja garantido e respeitado seus modos de vida e tradições.

6.2 – Ensino Híbrido

O Ensino Híbrido é uma iniciativa de auxiliar na recuperação das aprendizagens em defasagem pelos estudantes de modo a combinar o ensino presencial e on-line. Nessa proposta o processo de ensino e aprendizagem não se restringe apenas à sala de aula e ao contexto presencial das interações, pois estende a possibilidade de flexibilização de tempos e espaços. O Planejamento precisará contar com planos pedagógicos que pensem nessas novas possibilidades, incluindo orientações para a organização do tempo pelos estudantes.

Os professores precisam levar em conta que os momentos presenciais serão reservados para interações, questionamentos e aprendizagens coletivas. Já as atividades desenvolvidas por recursos digitais ou por roteiros de estudos impressos, o estudante controla sua dinâmica, quando e onde deseja estudar, embora deva haver sempre uma proposta, uma problematização ou um projeto a realizar.

Para desenvolver os roteiros de estudos impressos os professores poderão utilizar as aulas disponíveis no Centro de Mídias São Paulo (CMSP), bem como outras matérias que estejam alinhadas ao Currículo Paulista e a realidade local.

É importante que na Educação do Campo os planos pedagógicos, sejam os para as aulas presenciais ou aqueles que darão suporte para os roteiros de estudo impressos, provoquem e desafiem os estudantes a refletir sobre a realidade ao qual está inserido.

O Ensino Híbrido deve sempre estar articulado de modo a conectar as práticas escolares à vida do estudante, essa articulação se tornará mais efetiva se os objetos de estudo de uma mesma área de conhecimento estiverem articulados de maneira que as habilidades desenvolvidas converseem entre si.

É necessário estar atento às defasagens de cada estudante, que pode ter se acentuado com o isolamento social e com a falta de recursos disponíveis. Os professores devem considerar que a dinâmica de estudos pode ter variado entre os estudantes e até mesmo gerar dificuldade de conexão dos estudantes com o ambiente escolar. Para isso podem utilizar-se das metodologias ativas.

Metodologias Ativas	
Aprendizagem Baseada em Problemas	Metodologia incentiva a habilidade de investigar, refletir e criar perante a uma situação. O professor atua como mediador da aprendizagem, oferece uma reflexão e construção do conhecimento pelo estudante.
Aprendizagem Sala de Aula Invertida	A sala de aula invertida é uma modalidade na qual os objetos de conhecimento e as instruções são estudadas antes do estudante frequentar a sala de aula, que agora passa a ser o local para trabalhar o que já foi estudado previamente e realizar também atividades práticas como resolução de problemas e projetos, discussões em grupos, laboratórios, etc.
Aprendizagem Baseada em Projetos	Os estudantes se envolvem com tarefas e desafios para resolver um problema ou desenvolver um projeto que também tenha ligação com sua vida fora da sala de aula. É um processo que inicia a mudança do estudante, engajando-os e sensibilizando-os.
Estudos de Caso	No estudo de caso, a estudante parte de alguma proposta inicial e procura analisá-la, sendo que o caso pode ser real, fictício ou adaptado da realidade. Assim o estudante utiliza conhecimentos prévios sobre o assunto e, posteriormente, descobre algo novo.

6.3 – Avaliação

Podemos dividir as avaliações a serem desenvolvidas nas unidades escolares em Avaliações Internas e Externas, ambas compõem o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, e devem estar orientadas pelos Currículo Paulista.

As Avaliações Internas são aquelas desenvolvidas pelos próprios professores, também conhecidas como avaliações formativas, essas avaliações

devem considerar e respeitar os processos dos próprios estudantes. Nas unidades escolares que atuam na modalidade educacional da Educação do Campo é importante que as Avaliações Internas considerem as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das populações do campo, reconhecendo seus valores e abarcando não só as dimensões cognitivas, mas também as afetivas e emocionais, podendo ser articuladas de forma lúdica. Porém, é importante que essas avaliações explicitem quais habilidades foram desenvolvidas e estão sendo avaliadas, pois as habilidades trabalhadas devem estar alinhadas com as que orientam as Avaliações Externas.

As Avaliações Externas, também conhecidas como Avaliações de Sistema, são as avaliações desenvolvidas para acompanhamento da aprendizagem e rendimento da escola nos sistemas de ensino, em que se avaliam o que todos os estudantes precisam adquirir ao final de um processo (bimestre/semestre/ano/etapa de ensino).

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo conta com avaliações próprias: Avaliações Diagnósticas (AD), Avaliações de Aprendizagem em Processo (AAP); Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), entre outras de nível federal como Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é composto pela Prova Brasil, pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Os resultados das provas, aliados a outros dados, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Nas unidades escolares que não participam das Avaliações de Sistema é recomendado que os próprios professores, com orientações dos professores coordenadores, realizem em suas Avaliações Internas, as avaliações diagnósticas e processuais, adaptadas à realidade local.

Avaliações	
Avaliações Diagnósticas	Normalmente acontece no início de um processo, e orientam o professor sobre o que e como ensinar. Pois ela irá diagnosticar o que os estudantes têm mais dificuldades.
Avaliações Formativas	Normalmente utilizada durante todo o ano letivo, para verificar se os estudantes compreenderam os conteúdos e assuntos de uma determinada aula ou sequência didática. As avaliações formativas também são processuais pois estão ocorrendo durante todo o processo.
Avaliações Processuais	Ocorre durante todo o ano letivo, mas normalmente sempre ao final dos bimestres, para verificar se as habilidades a serem desenvolvidas foram alcançadas.

6.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

Para as unidades escolares que atuam na modalidade da Educação do Campo sugerimos:

- o estudo do [Parecer CNE/CEB nº 36/2001](#) e [Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo](#), além do vídeo: [História da Educação no Brasil - O ruralismo: as escolas do campo](#) (UNIVESP).

7. Educação Escolar Indígena – EEI

A Educação Escolar Indígena, consiste em uma Modalidade de ensino desenvolvida a partir do reconhecimento do direito à educação diferenciada e autônoma para os povos indígenas. Abarcando esta diversidade, a política

educacional implementada pela SEDUC para os povos indígenas é específica, diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue.

7.1 – Currículo e Programas

Frente aos desafios que a pandemia (Covid-19) trouxe durante o ano letivo de 2020 e a vulnerabilidade desse público atendido pela SEDUC, o planejamento 2021 deverá contemplar as principais habilidades do Currículo Paulista que não foram desenvolvidas e ainda, garantir as habilidades previstas para 2021, a fim de dar continuidade as aprendizagens dos estudantes indígenas, bem como, determinar o que é essencial, complementar ou extra para cada ano e série.

Objetivamente, o planejamento para 2021 para as escolas indígenas deve contemplar as seguintes ações:

- A) Professores e gestores devem pensar numa forma de avaliação diagnóstica de cada aluno para verificar a efetividade do ensino não-presencial em 2020, identificar possíveis defasagens no aprendizado, mapear as atividades bem-sucedidas, aprimorá-las e aplicá-las nos demais conteúdos para 2021;
- B) A partir do Currículo Paulista, fazer uma análise vertical e horizontal dos conteúdos e estabelecer o mínimo necessário em cada componente curricular;
- C) Fazer uma seleção das habilidades realmente necessárias de forma a recuperar os conhecimentos não apreendidos em 2020 e, com isso, poder avançar em 2021;
- D) Desenvolver projetos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares;
- E) Levar em conta que os conhecimentos tradicionais indígenas fazem parte do currículo da EEI, e por isso, fazer um levantamento prévio dos assuntos abordados e de que forma serão realizados (pesquisa escrita, gravação, fotografia, desenhos, textos etc.);
- F) Inovar nas propostas de atividades consultando boas práticas de outras escolas indígenas e utilizando novas metodologias;
- G) Cabe ao professor fazer uso das tecnologias - acessíveis - ao máximo: estimular os alunos a assistirem as aulas do Centro de Mídias e da TV aberta, ministrar aulas e promover reuniões pelo WhatsApp ou outras plataformas de comunicação, orientar pesquisas à distância etc;

- H) Aos professores e escolas que não tem acesso às tecnologias de comunicação (ou tem precariamente), deve-se planejar antecipadamente com as respectivas Diretorias de Ensino a necessidade de materiais a serem reproduzidos e entregue aos alunos;
- I) Planejamento deve respeitar as Matrizes Curriculares de 2020 (ver Resolução nº 85/20, de 19/11/2020, s Anexo 18 a Anexo 24);
- J) Professores e gestores da Diretorias de Ensino devem se ater às orientações presentes no Documento Orientador para Educação Escolar Indígena ;
- K) Abrir espaço na comunidade escolar a fim de discutir previamente sobre os arranjos curriculares que contemplam os Itinerários Formativos para o Ensino Médio Indígena.

7.2 – Ensino Híbrido

O processo de ensino e aprendizagem não se restringe à sala de aula e ao contexto presencial das interações. Há possibilidade de flexibilização de tempos e espaços, e os planos pedagógicos precisam levar em conta essas novas possibilidades e enfatizar orientações para a organização do tempo pelos estudantes.

Nas escolas indígenas onde as tecnologias estão presentes, favorece a pesquisa, a comunicação e a interação entre professores e estudantes, além de viabilizar a produção das atividades de diferentes formas e linguagens.

As formas inovadoras de ensinar, com ou sem o uso das tecnologias, possibilitam a flexibilidade no programa de estudos; cada estudante pode progredir de acordo com seu ritmo, o que pode favorecer o engajamento e a melhoria do desempenho dos estudantes.

7.3 – Avaliação

Os professores indígenas e não indígenas que atuam nestas escolas têm autonomia de avaliar seus alunos da forma que consideram mais justa e eficaz, e que viabilize ao estudante indígena mostrar seu potencial de fazer uso dos conhecimentos adquiridos.

É importante que as Avaliações Internas considerem as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das populações indígenas, reconhecendo seus valores e abarcando não só as

dimensões cognitivas mas também as afetivas e emocionais, podendo ser articuladas de forma lúdica.

7.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

É importante ressaltar que os Professores Indígenas são também lideranças políticas que fazem a ponte entre o mundo tradicional e os conhecimentos não indígenas. Portanto, a escola não se limita ao local de ensino e aprendizagem dos conhecimentos tradicionais e não tradicionais. Sugerem-se as seguintes pautas:

- Povos indígenas como sujeitos da História em todos os componentes curriculares, e não como “objetos de estudos” somente das Ciências Humanas;
- Um planejamento que contemple os conhecimentos indígenas, ou seja, um Currículo Paulista que mostre aos estudantes indígenas que os povos indígenas também são produtores de conhecimento, que contribuíram e contribuem para a formação do Brasil, que sua forma de pensar, construir, classificar e categorizar o conhecimento devem ser valorizadas e fortalecidas, que seus modos próprios de aprendizagem, além de um direito constitucional, garantem também a perpetuação do conhecimento tradicional e asseguram seu futuro, sua terra e sua cultura;
- Abrir espaço na comunidade escolar a fim de discutir previamente sobre os arranjos curriculares que contemplam os Itinerários Formativos para o Ensino Médio Indígena.

8. Educação Escolar Quilombola – EEQ

A Educação Escolar Quilombola destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas, devendo ser ofertada tanto em unidades escolares quilombolas (localizadas em território quilombola), como em unidades escolares próximas a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas. Compreende todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como todas suas modalidades.

O Planejamento para as unidades escolares que atuam nessa modalidade deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e de suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade. Nesse sentido, se planejar é necessário, pois é o momento em que o professor toma ciência da realidade da Unidade Escolar e pode prever formas possíveis do que deseja realizar, como vai realizar e como vai avaliar se os objetivos foram alcançados.

8.1 – Currículo e Programas

O Currículo Paulista define as competências e as habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas e considera sempre sua formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano. Na modalidade da Educação Escolar Quilombola deve ser articulado de modo que os valores e interesses das comunidades quilombolas sejam considerados, levando em consideração os contextos socioculturais regionais e territoriais.

O Planejamento das unidades escolares que atuam nessa modalidade de ensino deve, independente da etapa de ensino que ofertam, garantir que o estudante conheça o conceito e a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como seu histórico de lutas. Esse é o momento de articular como se dará a relação entre a Unidade Escolar e as comunidades quilombolas. Para isso, podem-se organizar eixos temáticos ou projetos de pesquisas a serem trabalhados durante o ano, em que as competências e as habilidades das diversas áreas do conhecimento sejam trabalhadas numa perspectiva transdisciplinar. É importante que ao organizar o planejamento, os eixos e projetos elenque quais são as habilidades que serão desenvolvidas em cada etapa. Com isso busca-se uma articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, por meio do diálogo entre o estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e suas comunidades.

É importante que a Educação Escolar Quilombola seja articulada junto a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e da Resolução CNE/CP nº1/2004, para que promova o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e

africana a partir do protagonismo dessas populações, reconhecendo e considerando-os elementos estruturantes no processo civilizatório nacional. A parte diversificada também deve garantir a indissociabilidade entre os conhecimentos escolares e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas.

O Planejamento é o momento de estruturar como os conhecimentos produzidos e construídos pelas comunidades quilombolas ao longo da história estarão presentes nas práticas escolares, podendo-se pensar em projetos que construam materiais próprios com conteúdo culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas, trazendo a realidade dos estudantes para o dia a dia de suas práticas escolares. Podendo ser um ponto de partida para elaboração de calendário com consulta às comunidades quilombolas, considerando o que é mais marcante, a ponto de ser lembrado e comemorado pela unidade escolar.

8.2 – Ensino Híbrido

O Ensino Híbrido é uma iniciativa de auxiliar na recuperação das aprendizagens em defasagem pelos estudantes de modo a combinar o ensino presencial e on-line. Nessa proposta o processo de ensino e aprendizagem não se restringe apenas à sala de aula e ao contexto presencial das interações, pois estende a possibilidade de flexibilização de tempos e espaços. O Planejamento precisará contar com planos pedagógicos que pensem nessas novas possibilidades, incluindo orientações para a organização do tempo pelos estudantes.

Os professores precisam levar em conta que os momentos presenciais serão reservados para interações, questionamentos e aprendizagens coletivas. Já as atividades desenvolvidas por recursos digitais ou por roteiros de estudos impressos, o estudante controla sua dinâmica, quando e onde deseja estudar, embora deva haver sempre uma proposta, uma problematização ou um projeto a realizar.

Para desenvolver os roteiros de estudos impressos os professores poderão utilizar as aulas disponíveis no Centro de Mídias São Paulo (CMSP), bem como outros materiais que estejam alinhados ao Currículo Paulista e a realidade local.

É importante que na Educação Escolar Quilombola os planos pedagógicos, sejam os para as aulas presenciais ou aqueles que darão suporte para os roteiros

de estudo impressos, provoquem e desafiem os estudantes a refletir sobre a realidade ao qual está inserido, mediando e estimulando o reconhecimento, valorização e continuidade das comunidades quilombolas.

O Ensino Híbrido deve sempre estar articulado de modo a conectar as práticas escolares à vida do estudante quilombola. Essa articulação se tornará mais efetiva se os objetos de estudo de uma mesma área de conhecimento estiver articulada de maneira que as habilidades desenvolvidas conversem entre si.

É necessário estar atento às defasagens de cada estudante, que pode ter se acentuado com o isolamento social e com a falta de recursos disponíveis. Os professores devem considerar que a dinâmica de estudos pode ter variado entre os estudantes e até mesmo gerar dificuldade de conexão entre os estudantes com o ambiente escolar. Para isso podem utilizar-se das metodologias ativas.

Metodologias Ativas	
Aprendizagem Baseada em Problemas	Metodologia incentiva a habilidade de investigar, refletir e criar perante a uma situação. O professor atua como mediador da aprendizagem, oferece uma reflexão e construção do conhecimento pelo estudante.
Aprendizagem Sala de Aula Invertida	A sala de aula invertida é uma modalidade na qual os objetos de conhecimento e as instruções são estudadas antes do estudante frequentar a sala de aula, que agora passa a ser o local para trabalhar o que já foi estudado previamente e realizar também atividades práticas como resolução de problemas e projetos, discussões em grupos, laboratórios, etc.
Aprendizagem Baseada em Projetos	Os estudantes se envolvem com tarefas e desafios para resolver um problema ou desenvolver um projeto que também tenha ligação com sua vida fora da sala de aula. É um processo que inicia a mudança do estudante, engajando-os e sensibilizando-os.
Estudos de Caso	No estudo de caso, a estudante parte de alguma proposta inicial e procura analisá-la, sendo que o caso pode ser real, fictício ou adaptado da realidade. Assim o estudante utiliza conhecimentos prévios sobre o assunto e, posteriormente, descobre algo novo.

8.3 – Avaliação

Podemos dividir as avaliações a serem desenvolvidas nas unidades escolares em Avaliações Internas e Externas, ambas compõem o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, e devem estar orientadas pelo Currículo Paulista.

As Avaliações Internas são aquelas desenvolvidas pelos próprios professores, também conhecidas como avaliações formativas, essas avaliações devem considerar e respeitar os processos dos próprios estudantes. Nas unidades escolares que atuam na modalidade educacional da Educação Escolar Quilombola, é importante que as Avaliações Internas considerem as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das comunidades quilombolas, reconhecendo seus valores e abarcando não só as dimensões cognitivas mas também as afetivas e emocionais, podendo ser articuladas de forma lúdica. Porém, é importante que essas avaliações explicitem quais habilidades foram desenvolvidas e estão sendo avaliadas, pois as habilidades trabalhadas devem estar alinhadas com as que orientam as Avaliações Externas.

As Avaliações Externas, também conhecidas como Avaliações de Sistema, são as avaliações desenvolvidas para acompanhamento da aprendizagem e rendimento da escola nos sistemas de ensino, onde se avaliam o que todos os estudantes precisam adquirir ao final de um processo (bimestre/semestre/ano/etapa de ensino).

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo conta com avaliações próprias: Avaliações Diagnósticas (AD), Avaliações de Aprendizagem em Processo (AAP); Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), entre outras de nível federal como Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é composto pela Prova Brasil, pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Os resultados das provas, aliados a outros dados, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Nas unidades escolares que não participam das Avaliações de Sistema é recomendado que os próprios professores, com orientações dos professores coordenadores, realizem em suas Avaliações Internas, as avaliações diagnósticas e processuais, adaptadas à realidade local.

Avaliações	
Avaliações Diagnósticas	Normalmente acontece no início de um processo, e orientam o professor sobre o que e como ensinar. Pois ela irá diagnosticar o que os estudantes têm mais dificuldades.
Avaliações Formativas	Normalmente utilizada durante todo o ano letivo, para verificar se os estudantes compreenderam os conteúdos e assuntos de uma determinada aula ou sequência didática. As avaliações formativas também são processuais pois estão ocorrendo durante todo o processo.
Avaliações Processuais	Ocorre durante todo o ano letivo, mas normalmente sempre ao final dos bimestres, para verificar se as habilidades a serem desenvolvidas foram alcançadas.

8.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

Para as unidades escolares que atuam na modalidade da Educação Escolar Quilombola sugerimos:

- Estudo do [Parecer CNE/CEB nº 16/2002](#) e [Resolução CNE/CEB nº8, de 20 de novembro de 2011 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.](#)
- Material de apoio [Livro](#) e [Caderno Narrativas Quilombolas.](#)

9. Programa Educação nas Prisões – PEP

O Programa de Educação nas Prisões, instituído pelo Decreto Estadual 57.238/2011 é ofertado às pessoas privadas de liberdade que não tiveram acesso ou não concluíram a Educação Básica nos níveis Fundamental e Médio. No Estado de São Paulo, a oferta da Educação Básica às pessoas em situação de privação de

liberdade é responsabilidade da Secretaria da Educação (SEDUC), com apoio da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e a Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNAP). Ela deve proporcionar aos estudantes meios para que possam ter garantido o acesso e a permanência na Educação Escolar, bem como promover cidadania e inclusão social e educacional. Portanto, o planejamento deve oferecer às unidades escolares um espaço de reflexão e discussão voltado às especificidades desta modalidade a partir destes pontos:

9.1 – Currículo e Programas

Desde 2013 a Secretaria da Educação (SEDUC), distribuiu a todos os estudantes privados de liberdade do Estado, o material EJA-Mundo do Trabalho e os materiais oriundos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Foram utilizados também no ano de 2020 os fascículos do Aprender Sempre.

Todo este material de apoio disponível podem contribuir para uma prática escolar flexível e adaptada, e devem sempre estar contextualizados de acordo com o planejamento da escola, do professor e a partir do grupo de estudantes. Por isso, é fundamental a utilização de metodologias flexíveis, de Temas Contemporâneos Transversais e os saberes por áreas do conhecimento, considerando os conhecimentos e experiências anteriores do estudante, sempre alinhado às competências e habilidades, presentes no Currículo Paulista.

9.2 – Ensino Híbrido

No ano letivo de 2020, para evitar a proliferação do Covid-19 foram suspensas as aulas presenciais. Para garantir a continuidade dos estudos, os professores que lecionam no Programa construíram ao longo do ano roteiros de estudos (impressos), tendo por base as habilidades essenciais presentes no Currículo Paulista, os Temas Contemporâneos Transversais e outros materiais de apoio.

Estes roteiros se mostraram um ótimo instrumento de continuidade das aprendizagens, portanto, mesmo com o retorno das aulas presenciais, os professores poderão dar continuidade na construção deste instrumento, utilizando como ferramenta de recuperação e aprofundamento das habilidades essenciais que os estudantes privados de liberdade não adquiriram ou não se aprofundaram no ano de 2020. Além disso, o Centro de Mídias de São Paulo (CMSP) é um

excelente recurso para o ensino dos estudantes privados de liberdade, porém, como existe o impeditivo do uso deste recurso nos espaços de privação de liberdade, os professores poderão utilizar-se para a construção dos seus planos de aula ou roteiros de estudo.

9.3 – Avaliação

A avaliação tem como objetivo diagnosticar a situação de aprendizagem de cada estudante, em relação à programação curricular. Ela deve ser processual e formativa e mesmo a EJA não realizando as Avaliações de Sistema (SARESP e SAEB) ou Avaliações Formativas: Avaliação Diagnóstica (AD), Intermediária, Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP) e Avaliação de Fluência, nada impede que os professores juntamente com seus Coordenadores Pedagógicos (PC), possam construir internamente avaliações de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes e o desenvolvimento do planejamento escolar, em vista de melhorar a qualidade de ensino para os estudantes privados de liberdade.

9.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

- Elaboração de planos de aula e roteiros de estudos (individuais, coletivos, por área do conhecimento e/ou multidisciplinares), a partir das habilidades essenciais;
- Projetos pedagógicos interdisciplinares e transdisciplinares;
- Metodologia ativa;
- Tipos de avaliações.

10. Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero – DSG

A Secretaria da Educação (SEDUC) compreende a Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero de maneira plural nas diversas fases da vida e entende que a prática educativa pode e deve estar presente em todas etapas de ensino e em todos os componentes curriculares afim de enfrentar as formas de discriminação incluindo a homofobia, o machismo e o sexismo .

Para fortalecer o entendimento sobre sexualidade e gênero, e desconstruir crenças e preconceitos existentes sobre o tema, são necessárias proposição e

desenvolvimento de ações que visem atender, orientar e acompanhar pedagogicamente para promoção do respeito às diferenças, a fim de evitar que se constituam em fator de exclusão e desigualdade ao direito à educação.

10.1 – Currículo e Programas

O trabalho da Educação para Diversidade Sexual e de Gênero também está alinhado com os princípios e objetivos do Currículo Paulista que reiteram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que visam levar para aprendizagem em sala de aula, o exercício da cidadania relacionada com projeto de vida, ações que respeitem e promovam os direitos humanos, valorização da diversidade indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

O Currículo Paulista também aponta para a escola como um espaço que deva fortalecer a experiência do autoconhecimento, e práticas intencionais de construção identitária aliadas à construção de conhecimento para impactos na permanência e aprendizagem na escola, o que poderá ser fortalecida com a ação que se propõe.

Entende-se, nesse sentido, que as escolas devem trabalhar no seu cotidiano, as concepções sobre a sexualidades e gêneros com o objetivo do alcance dos ideais democráticos e tornar não só estudantes, mas também educadores, sensíveis para compreensão do tema.

10.2 – Ensino Híbrido

Como já é de conhecimento, o Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), tornou-se uma ferramenta muito importante para aprendizagem e deve continuar sendo utilizada quando possível. No ano de 2020 foram produzidas aulas, formações e seminários com o tema da Diversidade Sexual e de Gênero que também poderão ser utilizadas também em 2021 para trabalhar o tema. Além disso, existem outros materiais produzidos pelo CINC e pela EFAPE que também podem apoiar as estratégias. Entre elas, sugerimos:

- Formação no CMSP: 29/05 - Lei Maria da Penha: Medidas protetivas urgentes com Dra. Teresa Cristina Santana. Juíza de Direito;
- Formação no CMSP: 19/06: Rede de atendimento e de Proteção. Com Dra. Fabíola Sucasas - Promotora de Justiça;

- Formação no CMSP: 07/08: Violência de Gênero Digital: Impactos na Saúde. Com a antropóloga Beatriz Lins;
- Videoconferência II Encontro "O papel da escola: na luta pela igualdade de direitos" - Parte 1 (Dra. Rafaela Caldas/ TJSP):
- Videoconferência II Encontro "O papel da escola: na luta pela igualdade de direitos" - Parte 2(Dra. Paula Santana/ Defensoria Pública) ;
- Boletim DSG, Maio, Julho e Outubro/2020.
- Cartilha da Lei Maria da Penha (com ilustrações vencedoras do concurso 2019);

Importante que ao utilizar recursos digitais é preciso considerar o acesso à internet dos estudantes e indicar um roteiro de estudo que auxilie no alcance da aprendizagem.

10.3 – Avaliação

O processo de avaliação também é importante para que a escola desenvolva ações de respeito e promoção dos direitos humanos. É preciso refletir sobre pensamentos do senso comum, ora naturalizados na escola, recusando definição prévia no processo de avaliação como "meninos não tem letra bonita", "meninas não possuem bom rendimento na área das Exatas", "meninos não tem sensibilidade", "meninas tem menor rendimento nos esportes", etc e pensar criticamente sobre as estratégias de avaliação, como por exemplo, que utilizam divisão de grupos separados por gênero.

Outra atenção necessária é para estudantes transexuais e travestis. Durante todo processo pedagógico, inclusive na avaliação, é necessário que sejam utilizado nome social das/os estudantes, bem como ações para evitar situações de desrespeito, ridicularização, situações constrangedoras, violência física, psíquica e moral.

10.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

O trabalho com as especificidades da Diversidade Sexual e de Gênero deve ser realizado de forma transversal nos componentes curriculares, inclusive com as Inovações Curriculares, nas disciplinas Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologia do Programa Inova Educação, contribuindo com a redução da evasão e do abandono.

As ações educacionais precisam trazer estratégias que combatam todas as formas de discriminação e violência de mulheres e meninas, e estratégias que engajam homens e meninos nos esforços para promover e alcançar a paridade de gênero, o empoderamento de mulheres e meninas, e ações que envolvam a Lei Maria da Penha (conforme Lei Estadual nº 16.926/2019), direito das mulheres, feminicídio, transfobia, homofobia, machismo, masculinidades, consentimento e/ou outras como por exemplo a participação nos concursos educacionais que relacionam com a temática.

Também precisam fomentar ações de prevenção, especialmente em relação a gravidez, as IST'S e HIV/AIDS, de adolescentes e jovens, considerando as especificidades de raça, etnia, identidade de gênero, orientação sexual e deficiência.

A escola também precisa garantir o cumprimento da Resolução SEE 45/2014, que trata sobre a utilização de nome social por estudantes transexuais e travestis, e promover ações pedagógicas que visem desconstruir e superar preconceitos e prevenir ações discriminatórias relacionadas às diferenças de gênero.

Na realização do trabalho, é importante considerar a intersecção da temática com outros temas, atendimentos e modalidades como abordar a temática DSG na socioeducação, educação quilombola, educação no campo, educação indígena, educação nas prisões, migrantes internacionais e ERER.

11. Educação para as Relações Étnico-Raciais - ERER

A Lei Federal nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, que institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e a Lei nº 10.639, de 20 de novembro de 2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", colaboram para que a escola seja um espaço de compreensão das diversidades e pluralidades identitárias e culturais.

Dessa forma é fundamental que essas referências legais sejam embasamentos para o planejamento do ano letivo, fundamentando os planos de aula, atividades e projetos, a fim de problematizar a consciência negra dentro da comunidade escolar.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais possui através do Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004 e da Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que objetivam o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

Vale ressaltar que o segmento negro da população abarca, tanto a dimensão cultural, ou seja, linguagem, tradições, religião, ancestralidade, quanto as características fenotípicas socialmente atribuídas àqueles classificados como negros – pretos e pardos de acordo com as categorias censitárias do IBGE. Portanto recomenda-se as atividades escolares desenvolvidas durante todo o ano letivo, estejam permeadas de momentos de diálogo e reflexão sobre racismo, discriminação, igualdade social, inclusão de negros na sociedade e a cultura afro-brasileira, promovendo fóruns, debates, oficinas e mostras artísticas sobre o tema. Recomenda-se que as unidades escolares promovam projetos que minimizem as violências raciais, muitas vezes naturalizadas através de xingamentos, apelidos ou “brincadeiras” preconceituosas, pois a discriminação racial deve ser combatida em todas as etapas de ensino, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

11.1 – Currículo e Programas

Nos objetos de conhecimento e unidades temáticas dos componentes de todas as áreas de conhecimento do Currículo Paulista pode-se articular a promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Sugere-se que ocorra articulação por meio do desenvolvimento de aulas que reconheçam, valorizam e divulguem o respeito aos processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

11.2 – Ensino Híbrido

Para a utilização da tecnologia digital com as interações presenciais, visando à personalização do ensino com estudantes poderão ser desenvolvidas habilidades do Currículo Paulista nas disciplinas de todas as áreas de conhecimento, fomentando ações de respeito aos Direitos Humanos e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais e fundamentais para a promoção de uma cultura antirracista na escola. Além disso, o material “Aprender Sempre” também possui diversas atividades organizadas com a intenção de contribuir para que estudantes desenvolvam habilidades que para a disseminação da ERER e existem realização de concursos pedagógicos, como Festival Afro Minuto – Flink Sampa que abordam o tema.

11.3 – Avaliação

Pesquisas evidenciam que a trajetória escolar de estudantes negros, pardos e indígenas é mais complexa, com diversas interferências e dificuldades no percurso, como a evasão e a defasagem no aprendizado. Estes fatores podem ser potencializados por atitudes discriminatórias ou racistas no ambiente escolar, uma vez que levam à baixa autoestima e a consequente evasão, e por isso precisam ser considerados no processo em todos os processos de avaliação.

11.4 – Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar

Como sugestões de pautas para Planejamento da Unidade Escolar sugere-se que a escola realize formação dos professores, sobre temas como a violência contra negros, o que foi a escravização e suas consequências, a inserção do negro na sociedade brasileira, o reconhecimento dos descendentes africanos e seu protagonismo na construção da sociedade brasileira, feminismo negro, etc. Também se recomenda pautas relacionadas com Educação em Direitos Humanos focadas na superação do preconceito, e do racismo presentes no contexto escolar.

12. Considerações Finais

O planejamento escolar é o ponto de partida para o processo de aprendizado dos estudantes, pois, é a partir dele que ações pedagógicas são traçadas entre docentes e gestão escolar, buscando oferecer uma educação pública de qualidade, além de atender às especificidades que se faz presente na rede estadual de ensino.

Como apresentado, a partir do ano letivo anterior, devemos construir estratégias para superar os velhos e novos desafios, considerando as especificidades e vulnerabilidades de nossos estudantes em suas modalidades, temáticas e atendimentos, e empenhar nosso trabalho para contemplar as principais habilidades do Currículo Paulista que não foram trabalhadas em 2020 e ainda, garantir as habilidades previstas para 2021, a fim de se estabelecer o mínimo necessário em cada componente curricular, bem como, determinar o que é essencial, complementar ou extra para cada ano e série.

Com esse Documento, espera-se que as especificidades sejam consideradas durante todas as ações da escola, realizando de forma transversal nos componentes curriculares, inclusive com as Inovações Curriculares, nas disciplinas Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologia do Programa Inova Educação, contribuindo com a recuperação, melhoria da aprendizagem, redução da evasão e do abandono.

O Planejamento 2021 precisa focar na garantia dos princípios e objetivos do Currículo Paulista que reiteram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que visam levar para aprendizagem em sala de aula, o exercício da cidadania relacionada com projeto de vida, ações que respeitem e promovam os direitos humanos, valorização da diversidade indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza a fim de evitar que se constituam em fator de exclusão e desigualdade ao direito à educação.

Por fim, este documento poderá ser revisitado sempre que necessário para auxiliar os professores na elaboração de aulas dinâmicas e condizente com cada realidade escolar, e depois, promover a socialização de vivências pedagógicas com os colegas para corrigir ações pedagógicas que julguem necessárias.

Secretaria de Estado da Educação—SEDUC
Coordenadoria Pedagógica—COPEP
Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado—DEMOP
Praça da República, 53, CEP 01045-903, sala 116, São Paulo—SP
coped.demod@educacao.sp.gov.br

 /governosp


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Educação